

O Egito Antigo e o Sistema de Amarna: os contatos políticos entre grandes civilizações durante a Idade do Bronze

Ancient Egypt and the Amarna System: the political links between great civilizations in the Bronze Age.

Leonardo Carvalho Leite Azeredo Bandarra¹

Submetido em Fevereiro/2015

Aceito em Julho/2015

RESUMO:

O presente artigo buscará analisar, brevemente, as diferentes práticas desenvolvidas pelos antigos egípcios para melhor se relacionar com as outras unidades políticas a eles contemporâneas, tendo como foco o período conhecido como “idade do bronze”. Buscar-se-á demonstrar que os antigos egípcios eram proativos, no que concerne às suas relações externas, bem como parte de um sistema de unidades políticas passível de ser considerado como um societário, segundo os critérios de Adam Watson.

Palavras-chave: História das Relações Internacionais. Egito Antigo. Idade do Bronze. Sistema de Amarna.

ABSTRACT:

Ancient Egypt and the Amarna System: the political links between great Civilizations in the Bronze Age.

This article aims to briefly analyze the different practices developed by the ancient Egyptians to improve their relations with the other political units, focusing on the period known as the "Bronze Age". It will attempt to demonstrate that the ancient Egyptians were proactive concerning their external relations, as well as part of what could be considered "society", according to the criteria developed by Adam Watson.

Key Words: History of International Relations. Ancient Egypt. Bronze Age. Amarna System.

¹ Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (lclab90@gmail.com).

1. Introdução

O Egito Antigo possui lugar de destaque no rol das grandes civilizações que surgiram ao longo da história humana. A região que margeia o rio Nilo presenciou o desenvolvimento de uma avançada e inovadora cultura, admirada pelos gregos por sua longevidade e pelos persas por sua sabedoria. Um povo cujas conquistas despertam, independentemente da época em que se vive, a mais profunda curiosidade. Muito além das pirâmides de Gizé, os egípcios constituíram um amplo sistema econômico – baseado majoritariamente no cultivo de produtos agrícolas ao longo do rio Nilo –, uma complexa organização social e sofisticada estrutura burocrática respaldada religiosamente, a partir da divinização da família real.

Ignorados por diversos estudiosos da história das Relações Internacionais, os egípcios, na verdade, desenvolveram uma aprimorada e complexa forma de relacionamento com seus vizinhos e mais além, mantendo fluxos comerciais, inclusive, com povos a eles distantes – tal como as *pólis* da Hélade Grega e, segundo certos registros, o lendário reino de Punt². Junto às proeminentes civilizações vizinhas, desenvolveu-se na região do Oriente Próximo algo como uma sociedade pré-internacional, ou seja, uma forma íntima de relacionamento entre unidades políticas independentes que, embora não fossem Estados-Nação, visto que tal termo só será coerentemente aplicável a partir do Tratado de Westfália de 1648, regiam suas relações externas segundo certas regras, normas e princípios. Ademais, foi durante a Idade do Bronze, com o denominado “sistema de Amarna”, que tal sociedade atingiu o seu ápice.

Nesse sentido, o presente artigo busca confrontar a concepção vigente no estudo da história das relações internacionais, elucidada por Adam Watson, acerca da pouca valia que teria o estudo do Egito Antigo, enquanto um predecessor do atual sistema internacional. Em “*The Evolution of International Society*”, Watson nega maior atenção à civilização egípcia, cujo isolacionismo é ressaltado como seu principal traço³, de modo a não desenvolver contatos estritamente próximos com outras unidades civilizacionais da antiguidade. Nesse sentido, o presente artigo busca contrapor a visão do autor britânico, partindo da hipótese

² Acredita-se que este reino localizava-se onde hoje é a Somália, no “Chifre da África” e foi para onde a rainha Hatshpesut (rainha da décima oitava dinastia, sucedeu Tutmoses III como faraó) teria enviado expedições comerciais.

³Entretanto, Watson não nega a importância do Egito como unidade política: “*The Egypt of the Pharaohs produced what may fairly be called the most attractive as well as the most enduring of the ancient near eastern civilizations*” (WATSON, 1992:30). Porém, ele foca sua análise, tão somente, nas relações entre egípcios e hititas.

segundo a qual o Egito antigo desenvolveu, de fato, relações próximas e consistentes com as outras civilizações que com ela coexistiam na região do Oriente Médio na antiguidade.

Para melhor organizar a linha de pensamento, o presente artigo se dividirá em três partes: “Kemet – A terra Negra”, “O sistema de Amarna” e “consequências”. Na primeira parte, delinear-se-á, brevemente, as principais especificidades da civilização egípcia, que a diferencia das demais a ela contemporâneas. A segunda parte será composta por uma descrição das relações internacionais durante a Idade do Bronze no Oriente Próximo, o que será possibilitado por meio de uma exposição do Sistema de Amarna, com suas principais e impressionantes características. Por último, expor-se-á as consequências advindas do sistema de Amarna, seu declínio, e sumarizar-se-á as principais justificativas para a classificação do Egito enquanto relevante foco de estudo para a história das relações internacionais.

2. Kemet – A Terra Negra

Limitando-se ao norte com o mar Mediterrâneo, ao sul com a Núbia, ao ocidente com o deserto do Saara e ao oriente com o deserto do Sinai, desenvolveu-se na margem do Nilo uma avançada civilização, que perdurou por mais de 4000 anos⁴.

Segundo a lenda, o Egito teria surgido para acalantar a solidão de Nun, “o princípio do universo” (ÉVANO, 1994: 7), segundo o qual todas as coisas virão a existir. Ele cria água, céu e terra. Dele surgem, também, Geb, a deusa da terra, Nut, deusa do céu e Rá, deus solar, que ilumina o mundo. Rá patrocina uma árdua e vitoriosa campanha sobre os deuses visando o domínio global – torna-se o principal em uma grande hierarquia divina. À Osíris, o mais sábio, é delegado o domínio sobre a terra dos homens, a quem ele ensina a agricultura e as leis. Osíris é morto por Set⁵, seu irmão, que visava o domínio sobre a terra dos homens. Porém, mesmo depois de sua morte, Set não assume o trono da terra, pois é impedido por Hórus, filho de Osíris e Ísis. Desse modo, é Hórus que reina, se apresentando aos homens na forma do faraó – sua própria “encarnação” na terra.

Dessa forma, apenas no Egito, terra que se torna negra e agricultável após a cheia do Nilo (fenômeno que deu à região sua alcunha original, “Kemet”, ou seja, a “a terra negra”)

⁴Como ocorre com a grande maioria das civilizações antigas, o tempo exato de duração da civilização egípcia é alvo de divergência. Pode-se considerar, tal como o faz Hélio Jaguaribe (2002), como tendo se iniciado por volta de 5000 a.C e visto seu declínio por volta de 343 a.C., quando a 30ª dinastia, iniciada por Nactanebo I, foi destituída face ao domínio persa. Outros autores alongam a extensão da civilização até a morte de Cleópatra, a última faraó Ptolomaica, e o domínio Romano, em 30 a.C..

⁵Então, “[Osíris] sobe aos céus e, como não pode mais ser o soberano dos vivos, torna-se soberano dos mortos” (ÉVANO, 2002: pp. 43-4)

far-se-ia a ordem e a lei. Fora do vale, reinaria o caos e a desordem. Constitui-se, de fato, uma “ilha arrogante, parte de um *continuum* Asiático/Egípcio”. Por essa ótica, torna-se evidente que os egípcios se consideravam o centro da terra, talvez não geograficamente, porém cultural e racialmente (NAJOVITS, 2003: 86).⁶

Historicamente, segundo Jaguaribe (2002), o povo egípcio seria resultado de uma ampla mistura de distintas etnias que no vale do Nilo se instalaram, ainda no período paleolítico. Esses povos englobavam desde uma raça européia procedente do norte, até povos advindos do sul da Arábia e da Líbia.

O território egípcio, na realidade, separa-se entre duas regiões: O alto Egito, composto pela parte sul, que no Antigo Reino (3100-2686 a.C.) se estendia até “o ponto onde hoje se encontra a represa de Assuan” (JAGUARIBE, 2002, p. 131), e obteve sua maior extensão no Novo Reino (1550-1069 a.C.), quando alcançou a quarta catarata do Nilo (ou seja, penetrando em território Núbio). Entre 3150-325 a.C. o Egito foi unificado. Tradicionalmente, essa conquista é atribuída à Menes, ou Narmer, o primeiro monarca do Egito unificado.⁷ A partir de então, o vale do Nilo seria governado por um único monarca, associado à figura de Hórus.

Na região desenvolve-se uma economia baseada na agricultura às margens do Nilo, uma sociedade predominantemente rural com menor grau de urbanização, se comparado com a Mesopotâmia (apesar da existência de grandes metrópoles, como Tebas, durante a fase imperial) (JAGUARIBE, 2002).

Mesmo agrária, a sociedade egípcia acumulou estonteante quantidade de riquezas, grande parte da qual advinda da Núbia (que exportava, principalmente, ouro ao Egito), e manteve consideráveis fluxos comerciais, principalmente com seus vizinhos, e com povos relativamente distantes, como o gregos (WATSON, 1992: 51).

Desenvolveu-se uma sociedade, em certo sentido, igualitária, com uma liberdade de atuação feminina nunca antes vista⁸ e igualdade formal entre os sexos, coexistindo com uma cultura, em certa medida, machista, e um sistema de trabalho baseado em uma

⁶ “*Egypt, an Arrogant Island and Part of a West Asian/Egyptian Continuum. (...) Kemet, Ta-Wy, Ta-Mery, became expressions of the concept of an arrogant island unto itself peopled by a superior ruler race in the northeastern corner of Africa. Impressively clear that the Egyptians regarded their country as the center of the earth*” (NAJOVITS, 2003: 86)

⁷ “Menes é uma palavra que significa ‘alguém’, designação usada pela 18ª dinastia para referir-se à Narmer. (JAGUARIBE, 2002, p. 135)

⁸ “*The first women in recorded history to become supreme rulers were Egyptians. Several became pharaohs. The first was Merneith, other [...] pharaohs were Nitigret [...], Sobekneferu [...] [and] Hatshepsut*” (NAJOVITS, 2003, p. 279)

estrutura servil, com a instituição da escravidão apenas no Novo Império (1650-1550 a.C.)⁹.

Ademais, surgiu nessa região uma visão única de mundo, baseada, segundo Jaguaribe, na visão de uma realidade estática, fixa, “imutável desde o ato inicial de criação” (JAGUARIBE, 2002:148), que permitia apenas mudanças cíclicas, renovadoras, porém imutáveis. Essa visão influenciará grandemente todos os campos da vida egípcia.

Administrativamente, desenvolveu-se uma cultura centrada na figura do faraó, que “assegurava a continuidade entre o divino e o humano, o cósmico e o social” (JAGUARIBE, 2002: 153). Entretanto, como ressalta Jaguaribe (2002), a concepção da natureza divina do rei se modificara diversas vezes no decorrer da história desta civilização, de maneira que, mesmo não sendo creditado invariavelmente como divino, o faraó ainda exercia enorme influência na administração como um todo.¹⁰

O controle monárquico centralizado permitia que o faraó organizasse seu corpo de funcionários da maneira a qual considerasse mais vantajosa. Essa característica permitiu tanto a constituição de fortes e eficientes governos – sob lideranças competentes -, quanto de débeis administrações com cargos públicos hereditários, constituindo um sistema comparado por Jaguaribe (2002) com o Feudal. Essa segunda forma de governar era, normalmente, sucedida por uma invasão estrangeira, após a qual a primeira era retomada.

Cabe lembrar, ainda, que o faraó era assistido por um vizir - um alto funcionário por ele escolhido que, a depender de quem ocupasse o trono de Hórus, retinha mais poder que o próprio faraó, podendo até mesmo vir a se tornar um – como ocorreu com Ay, antigo vizir de Amenhotep III, Amenhotep IV (Akhenaton) e Tutankhamon.

Considerando a teoria do espectro de Watson (1992), segundo a qual as civilizações humanas poderiam ser classificadas segundo quatro amplas “categorias de relação”, ou seja, independência, hegemonia, domínio e império, poder-se considerar o Egito como mais próximo da extremidade “império”, devido às características administrativas já citadas (em especial a centralização do governo na figura do faraó).

Entretanto, outra característica destacada por Watson (1992) deve ser considerada ao se descrever a civilização egípcia: a hegemonia. Assim como os demais impérios da

⁹ Apesar de existirem resquícios que apontam para a existência de escravos desde o reino antigo, cuja propriedade era limitada à certas camadas sociais: “*most slaves served the pharaoh and his family and the family of top administrators, priests, and generals*” (NAJOVITS, 2003, p. 281)

¹⁰ “Os egípcios sempre tiveram consciência de que o faraó era um ser mortal, sujeito a todas as fraquezas da condição humana. E sabiam também que alguns desses monarcas eram indivíduos excepcionais (...), sabiam também que outros reis eram muito fracos. Assim a crença na natureza divina do faraó não interferia com a percepção do seu aspecto humano” (JAGUARIBE, 2002, p. 154)

antiguidade, a área de controle do poder faraônico era constituída por uma região central, onde o poder imperial se fazia mais forte (a região do vale do Nilo), e por outra região, mais afastada geograficamente desse centro, onde o poder imperial também se fazia presente, porém de forma mais sutil, por meio da influencia sobre reis vassalos (o que, de fato, ocorria em certas cidades da região do Sinai, da Palestina e da Síria e, em determinados períodos, na Núbia, todos subordinados ao Faraó, a quem deveriam pagar tributos).

3. O Sistema de Amarna

Apesar do que é, muitas vezes, tido como verídico, a civilização egípcia não se desenvolveu autonomamente, mas manteve intensas relações diplomáticas, fluxos comerciais e culturais com diversas outras civilizações da antiguidade, em especial com as que a circundavam.

O Egito, geograficamente, localizava-se em uma região de encruzilhada, sendo um receptor de influência externa, bem como uma fonte de influência para outrem. Como conceitua Najovits (2003), pertencia a um *continuum*, que abrangia desde a África até o Oriente Próximo. Porém, cabe enfatizar a maior proximidade que os egípcios mantinham com a região oriental desse *continuum*¹¹, enquanto que, por outro lado, mantinham particular interesse na região da Núbia, “a terra do arco” (devido à grande força militar que tinham os arqueiros núbios), sobre a qual consideravam exercer natural domínio.

Quanto às relações internacionais, cabe ressaltar a grande importância que teve a chamada “diplomacia de Amarna” para a história do Oriente Próximo como um todo. Tendo seu auge durante o final da Idade do Bronze, o “sistema de Amarna” representou uma inovadora forma de relacionamento entre as “grandes potências” desse período, tendo no Egito um dos grandes expoentes, senão o maior deles. As relações com outros povos faziam-se tão relevantes para o governo egípcio, que a elas fora delegado uma repartição (*office*) própria.

O sistema de Amarna¹², tal qual qualquer sistema internacional, como desta Aissaoui (2008), era um sistema fluido, pautado na balança de poder e no qual mudanças rápidas do

¹¹ “Egypt was basically a part of this continuum, looking more to the east, to West Asia – religiously, technologically, culturally, politically, militarily and commercially – than to the south, to Africa, or to the west, to Lybia.” (NAJOVITS, 2003: 86)

¹² “What made this period exceptional was the fact that for the first time the diplomatic engagements expanded beyond the city-state level to the whole region where the power structure was divided between great states that were equals and vassals that were subordinate to the great powers.” (AISSAOUI, 2008: 26)

poder relativo das unidades políticas eram passíveis de serem modificadas.¹³Entretanto, o rol das grandes potências, como destaca Aissaoui, poderia ser modificado de acordo com a configuração do equilíbrio de poder vigente em determinado período. Nesse ponto, porém deve-se relembra o papel essencial, e mesmo hegemônico, ocupado pelo Egito no sistema de Amarna, ou seja: “*The entry to the club of great states, at least during the brief Amarna period, demanded Egypt’s consent*” (AOISSAOUI, 1999: 31)

Desta maneira, ao se posicionar as relações entre as grandes potências do sistema de Amarna no espectro descrito por Watson, ela localizar-se-ia mais próxima à extremidade “independência”, devido à grande autonomia que as unidades políticas possuíam entre si, apesar de certa tendência à extremidade “Hegemonia”, caso se considere o papel egípcio durante uma ampla parcela desse período. Por outro lado, se considerarmos apenas as relações entre as grandes potências e seus vassallos, poderíamos localizá-las como voltadas à extremidade “hegemonia”, oscilando entre esta e a imperial.

Tal configuração de sistema internacional veio à tona a partir da descoberta de diversas tábuas de pedra contendo correspondências de cunho diplomático (escritas em acadiano) entre as diversas “unidades políticas”, usando-se do vocabulário de Watson (1992), que coexistiam na região durante o período em questão. Apesar dessa documentação ter sido encontrada em diversos sítios ao longo do *continuum* que continha o Egito, sua maior parcela (382 tabletes de pedra) se concentrava na região de *Tell-El Amarna*, onde se localizava Amarna, capital imperial egípcia durante o breve reinado de Akhenaton. Devido a essa razão, o sistema de relações desenvolvido pelas unidades políticas que regiam os principais núcleos civilizacionais nesse período fora denominado “Sistema de Amarna”.

3.1. O Clube das Grandes Potências

Dentre a correspondência diplomática que trouxe à luz o sistema de Amarna, admiráveis regularidades são encontradas. Dela se infere um sofisticado sistema que tinha no seu centro um exclusivo grupo de “super potências” (*Great Powers*) que coexistiam no cenário internacional da época – denomina-se esse grupo de “Clube das grandes potências” (*Great Powers’ Club*) – ao qual pertenciam a esse clube: Egito, Babilônia, Assíria, Mittani e

¹³ “Each state’s status was thus demarcated, but as the relative power of the great powers sometimes changed quickly, frictions at times arose. One well known example of this is the rise of Assyria under King Assur-uballit (1365–1330 B.C.E.) who sent two letters (...) to the king of Egypt as if he was an equal. This enraged Burnaburiash, king of Babylon, and made him send an angry letter (...) to pharaoh Akhenaten as he considered Assyria to be part of his vassal states (...). Egypt, however, did receive the Assyrian messengers and as a result de facto recognized Assyria’s new position as great power.” (AOISSAOUI, 2008: 29)

Hatti. A esse grupo, dependendo do período estudado, pode-se acrescentar, sempre em menor escala de relevância, Kush (Núbia), que, inclusive, durante o Período Tardio da História Egípcia (747-332 a.C) dominou o Egito.

Para os egípcios, os povos estrangeiros habitavam sob o domínio de Set, o tio de Hórus, e viviam sob o caos e a desordem. Porém, as civilizações específicas, componentes do Clube das Potências, destacavam-se como distintas. Fora do caos, elas compunham uma pequena parcela do mundo exterior ao vale do Nilo onde a ordem ainda poderia ser encontrada. A elas era dispensado pelo faraó um tratamento entre iguais, uma relação horizontal e, em considerável medida, íntima. Eram considerados como integrantes de uma única família real e, por conseguinte, possuíam estreita relação com o divino.

Apenas aos monarcas das cinco grandes potências era relegado o importante título de “Grande Rei” (*Great King*), ou seja, eles eram elevados a um *status* superior aos demais monarcas, relacionando-se intimamente com o divino, cada um à sua maneira. Em situações de guerra essa característica divina se torna clara. Tomando-se, por exemplo, as disputas entre egípcios e hititas que culminaram na Batalha de Kadesh e no primeiro tratado de não-agressão registrado na história¹⁴, nota-se a clara associação de Ramsés II ao deus-sol e Mattusilis ao deus trovão, de modo que ambos os reis eram divinos, dispensando à batalha um intenso aspecto sobrenatural¹⁵. Essa associação com o divino, enfatiza Munn-Rankin (1956), poderia ser problemática, na medida em que a derrota de um rei significava, por conseguinte, a derrota de seu deus, pois era, em última instância, ele que governava a sua terra – acima do rei. Desse modo, a diplomacia de Amarna ganhava um novo e importante aspecto: evitava o alastramento de guerras com fraca justificativa.

Cabe destacar, entretanto, que entre os Grandes Reis a preponderância egípcia era evidente:

“From all the great states, Egypt, however, was an exception: she regarded herself as *primus inter pares* (first) among (equals) the great powers. The land of the pharaohs had good reason to be arrogant since Egypt was at the height of her power during the Amarna period. Egyptian power stretched from northern Sudan in the south into southern Syria and Lebanon in the north (see Kuhrt,

¹⁴“The significance of the peace treaty itself between Egypt and the Hittite empire lies in the fact it is the first historically known non-aggression treaty between great powers (...). It brought about an unprecedented peace and prosperity in the region for over 80 years (...). The historical evidence clearly shows that the main reason for concluding the treaty was to preserve the balance of power in the region” (AISSAOUI, 2008: 33)

¹⁵“The king of the land of Egypt, in order to bring about the relationship that the Sun-god and the Storm-god have effected for the land of Egypt with the Hatti land, finds himself in relationship valid since eternity which [does not permit the making of hostilities between [them] until all and everlasting time.” MUNN-RANKIN, 1956: 72)

1995: 185). Some of Egypt's best-known monarchs ruled at this time: Tuhmosis III, Akhenaten, Ramesses II" (AISSAOUI, 2008:30)¹⁶

Entre os vassallos dos Grandes Reis, da mesma forma, evitava-se o uso da guerra como forma de resolver as possíveis divergências. Entre os reis menores, porém, esse processo se dava de forma diferente: era o Grande Rei que deveria assumir o papel de mediador, pois era ele o verdadeiro representante supremo do divino na terra.

Ressalta Munn-Rankin (1956): aos vassallos era proibida a manutenção de relações diplomáticas com os inimigos de seus suseranos (MUNN-RANKIN, 1956: 75). Entretanto, como atesta Aissaoui (2008) citando o exemplo de Amurru, unidade política cujo rei, vassalo egípcio, pediu ao rei hitita que impedisse a ascensão do poder egípcio, os monarcas agiam inconscientemente segundo o conceito de equilíbrio de poder (AISSAOUI, 2008: 28), de modo que, nesse caso, o interesse particular do monarca de Amurru, sobrepujaria em larga escala a fidelidade ao Grande Rei – o que tornaria possível o curioso pedido feito pelo rei em questão ao rei hitita. Ouda (1999), igualmente, descreve Amurru, localizada em uma região fracamente urbanizada e fronteiriça, como a principal fonte de instabilidade à esfera de influência egípcia (Ouda, 1999, pp.16-19).

No caso específico da situação política que se desenvolvia na região da Síria-Palestina, como elucidada Ouda (1999), esta era pautada por uma curiosa dicotomia: ao norte tinha-se uma linha que seguia de Byblos até Damasco, ao longo da qual as relações com outras potências se diferenciavam das realizadas pelos vassallos ao sul, na real Palestina (OUDA, 2004, p. 16).

No período em análise, as relações entre monarcas se davam, tal como já fora explicitado, como se eles constituíssem uma grande e única família. Como visto pela forma de saudação utilizada pelos reis na correspondência de Amarna, as relações entre os reis se davam de forma muito mais intensa do que se pode imaginar na atualidade. Os reis ressaltavam os pressupostos laços de fraternidade que os uniam e, entre iguais, invocavam os laços de irmandade. Para eles, de fato, os demais grandes reis eram seus irmãos – iguais, com igual direito de governar¹⁷.

¹⁶Outra analogia interessante é feita por Cohen, que descreve o sistema de Amarna: "It was formally non-hierarchical; all Great Kings were deemed to be of equal rank, though the Pharaoh, like the president of the United States, was most prestigious." (Cohen, 1999: 8)

¹⁷The political relationship between allied rulers was conceived of as one of kinship, either of "fraternity," or of father and son. It has been suggested that "brotherhood" was invoked between rulers of equal status, whereas "paternity" and "sonship" expressed subordination, in particular that of a vassal to his overlord or "father," a relationship that may alternatively be described as one of "service," (MUNN-RANKIN, 1956: 76).

De forma distinta, as relações entre os Grandes Reis e seus vassallos realizavam-se sobre a prerrogativa da paternidade: os reis vassallos seriam endereçados como filhos dos Grandes Reis, a eles subordinados. Diferentemente do que ocorria entre os monarcas do Clube, entre reis de posições hierárquicas distintas, as relações perdiam parte de sua ênfase familiar, além de serem exigidos dos vassallos pagamentos de tributos (Aissaoui, 2008:29).

Entre os grandes reis, ainda, mantinham-se relações que sobrepujavam as meras relações diplomáticas. Como destaca Aissaoui (2008), as relações entre eles atingiam um incrível grau de intimidade, claramente observável na documentação encontrada. Cohen (1999) reafirma essa perspectiva, afirmando que os Grandes Reis promulgavam uma concepção política única, baseada nos laços familiares, amor fraternal e piedade familiar, ocasionalmente em obrigação legal, porém nunca no “sórdido interesse próprio” (COHEN, 1999: 10). Um exemplo pode ser observado na carta do rei de Mittani ao faraó Amenhotep III:

“Letter from Tushratta of Mittani to Amenhotep III of Egypt (...): “Tell Nimmureya (Amenhotep III), king of Egypt, my brother, my son-in-law, whom I love and who loves me; Tushratta, king of Mitanni, who loves you, your father-in-law, says: All is well with me. May all be well with you... May Shaushga, the lady of heaven, protect my brother and me for 100,000 years, and may our lady give us great joy. Let us act as friends. Is Shaushga not my goddess and my brother’s goddess?” (AISSAOUI, 2008:29)

Quanto à clara relação afetuosa observável entre os Grandes Reis, cabe ressaltar, que ela não se restringia a eles, mas se aplicava igualmente para todos os diferentes membros das famílias reais que governavam os grandes poderes integrantes do Clube. Dentre a correspondência de Amarna observa-se assim a uma grande diversidade de emissores e destinatários pertencentes a famílias reais, divididos por Ouda (1999) em três categorias, a saber: membros das casas reais – dentro da qual se encontravam, por exemplo, as Grandes Esposas do Faraó¹⁸ –; filhos dos reis e os próprios reis.

3.2 Fatores ordenadores do sistema internacional

A sociedade internacional organizava-se, ainda, segundo um difundido e respeitado conjunto de convenções, procedimentos e leis formais, conhecido como *Parsu*. Ele constituía um protocolo, segundo o qual as relações internacionais deveriam ser

¹⁸ Dentre as diversas ilustrações passíveis de serem citadas nessa categoria, destaca-se o caso de Pudulepa, esposa Êattušili III, rei Hitita, que teve um importante papel na correspondência entre Egípcios e Hititas, mantendo considerável contato com, Tūja, Grande Esposa de Seti I, Nefertari, Grande Esposa de Ramsés II, e o próprio Ramsés II (OUDA, 2004: 32) – cabe lembrar as tensas relações entre ambas as potências durante esse período, que culminaram na Batalha de Kadesh.

ordenadas¹⁹. Sob o *Parsu*, as relações internacionais se equalizavam, pois ele era adotado igualmente (*eagerly*) por todos os membros do sistema (COHEN, 1999:9)

É válido lembrar a importância do Acádio, a *língua franca* do período analisado. Como descreve Cohen:

A lingua franca, the akkadian, had been in wide-spread use for at least a thousand years by the time of Amarna. Indeed, adoption of Akkadian was a virtual condition of civilized diplomatic activity. Like Latin in the Renaissance, it was the long-dead language of literature and learning rather than the tongue of the hegemonic power, as English is today. This meant that no one need fear and resent the cultural encroachments of the dominant civilization. (COHEN, 1999:9)

Desse modo, o Acádio representava um forte elemento de coesão entre as diferentes civilizações, de forma a facilitar as relações diplomáticas, os fluxos comerciais e migratórios entre as civilizações do *continuum* Asiático/Egípcio. Entretanto, o ensino do Acádio não era comum entre todas as camadas sociais das diferentes civilizações, mas era limitado a uma pequena elite composta por governantes, nobres e comerciantes. No caso do Egito, por ser uma nação agrária, esse ensino fazia-se ainda menos difundido, pois, comparativamente, os estratos superiores da sociedade eram ainda menores – apesar de certa mobilidade social, como exemplificado pelo caso do faraó Ay.

O sistema de Amarna foi caracterizado, outrossim, pela coexistência de diversas civilizações pautadas pela tolerância. Diferentes leis e reinos possuíam semelhanças estruturais notáveis, apesar de se encontrarem em diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico (um exemplo é o conhecimento hitita do ferro, anterior ao egípcio), de falarem línguas distintas e promulgarem diferentes religiões – destacando-se, inclusive, a experiência de implementação do monoteísmo no Egito, por Akhenaton.²⁰

Faz-se igualmente importante destacar outra difundida prática diplomática que se fazia presente entre os Grandes Reis: a diplomacia do casamento. A partir dessa política constituíam-se, de fato, verdadeiros laços familiares entre os reis, de forma que as saudações por eles utilizadas em suas cartas (considerando-se mutuamente como irmãos) possuía certa congruência com a realidade. No período de Amarna fazia-se, assim, comum a

¹⁹ “An age-old code of protocol and customary law known by the Akkadian term *parsu*. This dealt with the rights and duties consequent on diplomatic relations, the treatments of envoys, their classification, the form of correspondence, the procedure for negotiating and concluding agreements, and so on.” (COHEN, 1999:8)

²⁰ The unique feature of the Amarna System (distinguishing it from many diplomatic systems before and since) was its tolerance of great civilizational diversity. Admittedly, its members were all kingdoms and their laws possess common features. But they spoke completely unrelated languages (...), had very different religions, both polytheistic and monotheistic, assorted styles of kingship and social organization, and displayed disparate aesthetic traditions (COHEN, 1999:8)

troca de princesas entre as grandes potências como forma de fortalecer os laços entre as grandes famílias reais. Analogamente ao que ocorria durante a Renascença Europeia e durante a Idade Moderna entre as dinastias monárquicas absolutistas, durante a Idade do Bronze na região compreendida pelo sistema de Amarna adotava-se o costume entre os Grandes Reis a concessão da mão de suas filhas a outros reis de igual *status* em casamento, bem como a acepção de princesas estrangeiras. Desse modo, era comum a ascensão de princesas estrangeiras ao trono de diversos impérios – tal como ocorreu com Amitis, a esposa favorita do rei babilônio Nabucodonosor, para quem ele construiu os famosos jardins suspensos da Babilônia.

Contudo, ao se considerar a diplomacia do casamento, mais uma vez, deve-se salientar a distinção egípcia perante as demais civilizações. Diferentemente do que ocorreu com Amitis, a elevação de uma princesa estrangeira à categoria “grande esposa” (título que era concedido às “rainhas” egípcias, ou seja, as consortes reais) era menos provável. Nesse sentido, relembra-se o caráter divino do faraó: era ele o próprio deus Hórus personificado na terra dos homens, caráter esse que só era passível de ser alcançado a partir da herança advinda da família real. Dessa maneira, um deus (ou algo próximo de um deus) não poderia ser gerado por uma reles mortal, mas por uma mulher que partilhasse de tal natureza sobrenatural – um membro da família real. Desse modo, incentivava-se a manutenção de relações incestuosas dentro dessa única e distinta família – o que era, basicamente, privilégio da família real, ocorrendo com menor frequência entre o restante do povo egípcio. Há evidências que apontam para um possível alastramento de doenças hereditárias dentro da família real, principalmente nas dinastias mais longevas, como a que culminou em Akhenaton (suspeito de possuir a síndrome de Marfan).²¹

Entretanto, aos faraós era permitido, e mesmo estimulado, o casamento com princesas estrangeiras, desde que ocupassem posições de esposas secundárias, pois a poligamia era característica da figura do faraó. A partir do casamento com princesas estrangeiras, os faraós se mantinham como integrantes ativos da família composta pelos Grandes Reis. Dessa forma, destaca Bonnici (2010) ao descrever a política externa de Amenhotep III, tido por ele como o “pai da diplomacia”:

Egypt was the wealthiest country on earth and had huge quantities of gold, which the pharaoh's neighbours coveted. Amenhotep quenched the gold lust of

²¹ Cabe lembrar que essa propensão a doenças hereditárias também era frequente entre as famílias reais absolutistas da Europa na Idade Moderna. Um exemplo, encontrado nas casas de Bragança e de Hannover, é *aporfiria variegata*, doença a qual diversos cientistas suspeitam ter afetado a rainha portuguesa D. Maria I e o rei inglês George III, tal como exposto por Laurentino Gomes (2007).

his neighbours wisely. [...] In exchange of gold Amenhotep III asked for foreign princesses. [...] Thus, marriages were an instrumental part in Amenhotep III's foreign policy, whereby thanks to them he cemented alliances with foreign powers and at the same time maintained – indeed augmented – his position as the premier ruler in the ancient Near East. Foreign princesses were accompanied by lavish exchanges of gifts of raw and manufactured goods – precious metals, horses, lapis lazuli, furniture, and cosmetic equipment – on both sides. (BONNICHI, 2010)

Afastando-se ainda mais da perspectiva religiosa, destaca-se em autores como Aissaoui(1999) e Bonnici (2010) outra faceta da política de casamentos egípcia: a proibição do casamento entre as princesas egípcias e os demais monarcas estrangeiros. Como destaca Aissaoui (1999), tal proibição se dava não só para evitar que o prestígio egípcio perante os demais fosse reduzido, mas também para evitar a ascensão de determinado rei, consorte de uma princesa egípcia, à posição de faraó. (AISSAOUI, 1999: 29)

Com relação a essa última política é interessante notar um caso, que demonstra o quanto era possível a ascensão de um estrangeiro ao trono egípcio, justificando a preocupação dos faraós para com o casamento entre uma princesa egípcia com um rei estrangeiro: o da rainha Anchesenamun, enquanto viúva de Tutancâmon. Escrevendo ao rei hitita Šuppiluliuma I, Anchesenamun suplica a ele o envio de um de seus filhos para com ela se casar e, dessa forma, tornar-se rei do Egito²². Sabe-se que em sua carta Anchesenamun afirmava enfaticamente que não se casaria com um de seus súditos, – nisso observa-se a possibilidade que ela tenha sido coagida a se casar com um membro de sua Corte. Sabe-se que a tentativa de obtenção de um príncipe foi fracassada – com o assassinado do pretendente hitita da rainha morto antes mesmo de com ela se encontrar. Anchesanamun casou-se, provavelmente forçada, com Ay, que sucedeu Tutancâmon como faraó.

3.3 Uma Avançada Estrutura de Comunicações

Tal como é intrínseco de qualquer grande sistema internacional, durante o sistema de Amarna se desenvolveu, igualmente, uma ampla e completa rede de comunicações, baseada em uma infra-estrutura que interligava as diferentes regiões influenciadas pelo Clube das Grandes Potências e por uma sofisticada classe de embaixadores, que tinham por obrigação

²²Anchesenamun: *Sie war die Gemahlin von Tutanchamun. Nach dem Tod ihres Ehemanns schrieb sie einen Brief an Šuppiluliuma I. von Ēatti, in dem sie ihn um die Sendung eines seiner Söhne als ägyptischen Thronfolger.* (Ela era a esposa de Tutancamon. Depois da morte de seu marido, ela escreve uma carta Šuppiluliuma I, de “Ēatti”, na qual pergunta sobre a possibilidade de envio de um de seus filhos, que se tornaria herdeiro do trono egípcio) (OUDA, 2004:32).

manter o intenso contato que os Grandes Reis e os reis vassalos mantinham entre si. Evidências apontam que, até mesmo, durante períodos de guerra a manutenção de mensageiros enquanto forma de contato entre as partes era assegurada.

Quanto aos embaixadores uma esclarecedora ilustração pode ser vista em Bonnici (2010), que analisa essa prática durante o reinado do faraó Amenhotep III. Segundo ele, durante o reinado em questão os embaixadores estrangeiros dispunham de grande segurança enquanto trabalhando sob solo egípcio, pois lá o próprio faraó garantiria a supremacia da lei. Esse fator, porém, não reduzia a importância do protocolo, o *Parsu*, que deveria reger as relações internacionais durante esse período.

De fato, os embaixadores representavam uma parte vital à manutenção do sistema. Entretanto, diferentemente do que é comum hoje, os embaixadores no Oriente Próximo, durante a Idade do Bronze, não dispunham da prerrogativa da imunidade diplomática. Assim sendo, era comum que os embaixadores fossem vítimas de injúrias e maltratos podendo, até mesmo, ser mortos em terras estrangeiras. Devido à esse perigo, além dos mantimentos, faziam-se necessários na caravana de um embaixador, também, uma expressiva quantidade de guardas, que garantiriam a segurança – que tornava consideravelmente cara a organização de uma missão diplomática.

A partir da diplomacia de Amarna, porém, a atividade dos embaixadores foi facilitada e sua segurança incrementada dentro dos limites da sociedade internacional, onde diversos privilégios e certa imunidade foram concedidos aos embaixadores. A ele ou ela²³ era dispensado o uso de uma escolta, disponibilizada pelo rei anfitrião, que deveria receber o embaixador assim que cruzasse a fronteira, e protegê-lo até sua partida. As relações com os embaixadores, também, se davam de maneira amistosa entre os integrantes do sistema. O tratamento dos visitantes se dava seguindo, estritamente, o estrito protocolo ditado pelo *Parsu*.

Ademais, como destaca Ouda (2004), fazia-se também necessário ao embaixador o porte de determinada documentação, que explicitasse estar ele em uma missão oficial (OUDA, 2004, p. 72). Essa documentação deveria ser fornecida pelo seu senhor, e é demonstrativo da complexidade burocrática que envolvia as relações internacionais no período.

²³ Cabe enfatizar a grande quantidade de mulheres que atuaram como embaixadoras à serviço dos casas reais. Em determinadas situações, inclusive, era mais vantajoso o envio de uma mulher, a depender do que fosse o destinatário, a procedência ou o assunto da carta, por exemplo, quando as mensagens possuíam teor íntimo e eram enviadas ou destinadas à rainhas.

Durante a Idade do Bronze as atividades diplomáticas não eram de tão intensas como ocorre atualmente. Dessa maneira, grande parte das missões diplomáticas possuía caráter estritamente temporário. Contudo, destaca Cohen (1999), a possibilidade de embaixadores enquanto residentes permanentes não pode ser excluída. Para ilustrar tal argumento ele cita dois exemplos: *“Ambassadors of Egypt’s vassal Tunip spent 20 years at court, and the Mittanian king uses the significant expression ‘nobles and envoys’ for an assembly at court, suggesting the existence of a collective diplomatic corps, as in Hammurabi’s time four hundred years before.”*(COHEN, 1999: 9)

Aqueles enviados às cortes estrangeiras nesse período compunham uma exclusiva elite, cujo acesso era restringido pela própria natureza de suas atividades. Alguns eram figuras distintas e proeminentes, que aparecem repetidas vezes em uma grande quantidade de cartas (COHEN, 1999) e pertenciam a uma elite social, sendo muitas vezes príncipes, irmãos do rei ou funcionários de alto escalão da administração pública (OUDA, 2004).

Ouda (2004, p. 39-40) destaca nove qualificações que distinguiam aqueles que pudessem vir a ser mensageiros reais, ou seja:

1. Capacidade de ler e escrever;
2. Retórica, pois deveria proclamar as mensagens do tablete (*Tafel*) aos seus destinatários e saber esclarecer as preocupações de seus remetentes;
3. Ser confiável e leal ao rei;
4. Possuir boa memória e capacidade de sintetizar a mensagem, pois era também possível que a mensagem fosse transmitida oralmente;
5. Competência para gerir sua caravana;
6. Treinamento equestre;
7. Vigilância;
8. Conhecimento prévio e apurado acerca das rotas, muitas vezes inseguras, e da geografia da terra à qual fosse encaminhado; e
9. Excelentes qualidades enquanto arqueiro, para sua própria defesa.

Dependendo do teor contido na mensagem a ser entregue poder-se-ia surgir, ainda, uma décima qualificação ao mensageiro: possuir, ou ser integrante de uma família que possuía, uma especial relação com o monarca ao qual será enviado.

Ademais cabe lembrar que não apenas para o transporte de mensagens eram usados os mensageiros, mas para outras atividades, como recolher tributos dos vassalos reais ou oferecer apoio às noivas advindas de cortes estrangeiras. Além disso, cabe enfatizar, possuíam a importante missão de manter o prestígio de sua Corte em terras estrangeiras

(OUDA, 2004). Quanto às recompensas, destaca-se que os embaixadores desse período não possuíam salários fixos, tal como os atuais. Porém, além do elevado prestígio que dispunham junto às sociedades e às cortes reais conterrâneas e estrangeiras, eles eram frequentemente presenteados pelas cortes estrangeiras às quais eram enviados (OUDA, 2004:76). Parte essencial do *Parsu*, os presentes eram imprescindíveis às relações internacionais do período (COHEN, 1999).

Como todo sistema complexo de relacionamento entre unidades políticas, o sistema de Amarna necessitava, também, de uma ampla estrutura para se manter. Devido ao terreno acidentado e às dificuldades climáticas existentes na região (como, por exemplo, os desertos que circundam o vale do Nilo e a geografia montanhosa da região da Síria e Palestina), e do perigo que as rotas terrestres ofereciam, grande quantidade das caravanas, sejam elas diplomáticas ou comerciais, escolhiam percorrer as vias marítima ou pluvial. Principalmente em terras egípcias, onde o rio Nilo oferecia uma viável e menos custosa alternativa, sendo até hoje um rio extremamente navegável na maior parte de seu percurso.

Contudo, desenvolveu-se também uma sofisticada estrutura de estradas que interligavam as mais distintas regiões do sistema e os diferentes núcleos civilizacionais. Dessas, provavelmente a mais relevante é “o caminho de Hórus”, que ligava Heliópolis (no Egito) até Canaã, passando por Qantir (ou Pi-Ramesse, a capital construída por Ramsés II no Delta do Nilo), bem como Rafah e Gaza com seus silos contendo grãos e estações de abastecimento de água, ou seja, atravessava o Egito, Palestina, Síria, Hatti e Babilônia (OUDA, 2004, p. 72)

4. Relações especiais: Relações Núbio-Egípcias

Dentre as relações estrangeiras egípcias cabe, por último, destacar as relações especiais que desenvolviam com a Núbia.

Tradicionalmente, acreditavam os egípcios possuir direitos coloniais sob a Núbia, direito esse que exerceram de forma clara e contínua. A Núbia, tal como o Egito, se dividia em duas regiões: Wawat, cuja principal cidade era Buhen, e Kush, com Karmah, Napata e Kawa. Ambas essas regiões foram grandemente influenciadas pelos vizinhos do norte, tanto militar, econômica, política, religiosa ou culturalmente.²⁴

Classificando-se essa relação dentro do espectro teorizado por Watson, as relações entre essas “Unidades Políticas” se posicionariam ora próximas à extremidade “Império”

²⁴ “There was clearly two-way influence and emigration between Egypt and Nubia, but except for the period of Kushite rule, relations between Egypt and Nubia were almost based on Egypt colonialism” (NAJOVITS, 2003: 87)

ora à “Hegemonia”, sendo a segunda a mais frequente. Segundo Najovits (2003), há evidências de incursões egípcias na Núbia desde 3100 a.C., porém foi somente a partir da quarta dinastia (2614 a.C.) que colônias começaram a ser instaladas em solo núbio. Foi também nessa dinastia que começou a utilização de mão de obra núbio como policiais, servos, trabalhadores e soldados egípcios.

Diversas campanhas militares eram patrocinadas com o objetivo de se obter valiosos produtos advindos da região, dentre os quais animais, ouro, ametista, jaspe, granito, madeira, incenso, especiarias e ervas (NAJOVITS, 2003). Além disso, eram criadas zonas tampão (*buffer zones*) para proteger as rotas comerciais egípcias na região. Foi durante o período imperial, reinado de Ramsés II (1279 a.C a 1213 a.C.), que o maior número de incursões militares foi feito à região.

Entretanto, antes de Ramsés II, ainda durante o Império, sob Tutmosis III (1479 a.C à 1425 a.C.) o Egito exerceu seu mais forte controle sobre a Núbia:

“Nubia was now ruled by a resident staff of Egyptian administrators, headed by a so-called ‘King’s Son of Kush’. Heavy taxation of Nubians in goods, conscripted soldiers and slaves was particularly severe during this period”(Najovits, 2003:88)

Desse modo, durante a vigência do Sistema de Amarna, os núbios possuíam suas relações com os demais povos limitadas pelos egípcios, sendo relativamente impossibilitada de atuar com maior intensidade nas práticas diplomáticas desenvolvidas na região, reduzindo-se às relações bilaterais com o Egito e com seus vizinhos mais ao sul – apesar desse domínio, tal como a maioria dos existentes na antiguidade, ter a porosidade como característica, permitindo assim certas brechas.

Contudo as relações entre essas duas “unidades políticas” não se mantiveram sempre constantes, de forma que até mesmo a relação entre colonizado e colonizador se modificou. Em 775 a.C. as relações se inverteram e, pela primeira vez, uma dinastia núbio assumiu a posição de faraó. Conhecidos como “os faraós negros”, a vigésima quinta dinastia governou até 656 a.C.²⁵ Após esse período os núbios mantiveram sua autonomia, instituindo um reino sediado, inicialmente, em Meroé, que perdurou até o século III d.C. e que possuía notável similaridade com os egípcios, tanto administrativa quanto culturalmente, o que mostra os duradouros efeitos que esse contato exerceu sobre eles.

²⁵ “But even during this period, the occupying Kushite kings were culturally and religiously Egyptian. They portrayed themselves in art with all the traditional Egyptian insignia and made major attempts to revive Egyptian culture and religion rather than impose a Kushite culture and religion.” (NAJOVITS, 2003: 88)

Similar aos egípcios, os reis núbios se apresentavam como representantes do deus Amon²⁶ na Terra, exercendo um modo de vida que mesclava o egípcio com um viver próprio núbio.

Ironicamente, foram os núbios que mantiveram por maior período de tempo as tradições egípcias. Enquanto o Egito de Cleópatra se desvanecia sob o julgo romano, a Núbia da rainha Amanishaketo a eles resistiu, conseguindo manter sua independência.

5. Conclusão

O sistema de Amarna, que perdurou por quase cem anos, viu seu declínio por volta do século XII a.C. devido a um amplo conjunto de fatores:

there's a consensus among scholars that the MiddleEast in 1050 was very much different from what it had been in 1250. The turmoil also had an effect on the great power relations. Hittite empire disappeared completely around 1200, and Egypt's control of the southern Levant ended (Kuhrt, 1995: 385; Van De Mieroop, 2004: 182, 184). By the early eleventh century it had withdrawn within its own frontiers after losing control over Sinai and Nubia. Later on this would have serious security implications since Egypt was now cut off from Asia making it vulnerable to attacks from the north. In the short term, however, Egypt had to cope with fighting against the 'Sea Peoples' (AISSAOUI, 2008: 33-4)

Desse modo, concomitante ao declínio do sistema, o Egito viu o seu próprio. Porém sua importância, enquanto civilização, ainda se faz sumariamente relevante. No que tange à história das relações internacionais, o Egito se destacou enquanto principal expoente de uma complexa e sofisticada forma de se relacionar com outras unidades políticas, uma forma não só sistêmica, mas também societária.

Não só com as grandes potências, mas também com seus vassalos e colônias – no caso da Núbia durante determinados espaços de tempo – o povo de Kemet consolidou relações que sobrepujaram a mera eventualidade, gerando mútuas e contínuas influências, tanto política quanto cultural e religiosamente. Do sistema de Amarna, brotaram novas maneiras de relacionamento entre unidades políticas que influenciará, posteriormente, toda a região do Oriente Médio, inclusive grandes potências futuras, como a Pérsia.

Da Núbia, surgirá um novo império que, em certa medida, representa uma aplicação da civilização desenvolvida pelos egípcios pelos poderosos reis núbios, cujas obras, como as pirâmides de Meroé, até hoje podem ser vislumbradas. Sob o reinado dos reis Ptolomaicos, observou-se um amplo resgate da civilização egípcia e sua gradual

²⁶ Nesse período, o deus Rá já havia se fundido com Amon, resultando em Amon-Rá, o deus supremo tanto dos Egípcios quanto Núbios, a quem os primeiros construíram Karnak, o maior complexo de templos do Egito e um dos maiores da Terra (sendo o maior dedicado a um só deus).

helenização. Com Cleópatra IV, considerada como a última faraó, essa civilização atingiu um novo patamar. Nesse período, o Egito se apresentava como uma terra rica e próspera. Unindo-se, primeiramente, a Júlio Cesar e, posteriormente, a Marco Antônio, Cleópatra patrocinou um grande crescimento econômico e político do Egito, e cobiçou uma união com o Império Romano, ambicionando para seu filho, Cesário, um império maior que o do próprio Alexandre o Grande. Essa ambição não se realizou, de modo que o império egípcio viu o seu declínio, tornando-se uma província romana.

Bibliografia

- AISSAOUI, Alex. **The Case for Historical Analysis within IR Theory: The Amarna System (CA. 1365-1335 B.C.)**", Paper presented at the annual meeting of the ISA's 49th Annual Convention, Bridging Multiple Divides, Hilton San Francisco, San Francisco, CA, United States, March 26, 2008. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p252087_index.html>, acessado em 26/05/2011
- BONNICI, Kristian, "Why is Amenhotep III the father of Diplomacy?" **The Egyptian Gazette**, Cairo: July 22, 2010. Disponível em: <<http://213.158.162.45/~egyptian/index.php?action=news&id=10818&title=Amenhotep%20III%20%E2%80%93%20the%20father%20of%20diplomacy>>, acessado em 20/06/13
- BULL, Hedley. **"A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial"**, Tradução: Sérgio Bath, São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002
- COHEN, Raymond, **"Reflections on the New Global Diplomacy: Statecraft 2500 BC to 2000 AD"**, IN.: MELISSEN, Jan (Ed.), *"Innovation in Diplomatic Practice"*, MacMillan Press: Chippenham, 1999
- ÉVANO, Brigitte, **"Contos e Lendas do Egito Antigo"**, tradução de Eduardo Brandão, Cia das Letras: São Paulo, 1994
- GOMES, Laurentino, **"1808: Como uma Rainha Louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil"**, Editora Planeta: São Paulo, 2007.
- JAGUARIBE, Hélio, **"Um Estudo Crítico da Histórica"**. Vol. 1, 2ª Edição, Tradução Sergio Bath. Editora Paz e terra: São Paulo, 2002
- MUNN-RANKIN, J. M., **"Diplomacy in Western Asia in the Early Second Millennium"**, British Institute for Study of Iraq: Iraq, Vol. 18 (Spring, 1956), No 1, pp. 68-110.

NAJOVITS, Simson, **“Egypt, Trunk of the Tree”**, vol. I: *“The Contexts”*. Algora Publishing: New York, 2003

OUUDA, Nasser Mekawi, **„Die Mittel der Internationalen Kommunikation zwischen Ägypten und Staaten Vorderasiens in der späten Bronzezeit“**, Inaugural-Dissertation zur Erladung der Doktorwürde der Philosophischen Fakultät der Albert-Ludwigs-Universität Freiburg i. Br., Freiburg, 2004

WATSON, Adam, **“The Evolution Of International Society”**, Routledge: London, 1992